

Garantir a dívida pública

Já se sabe, desde ontem, qual o principal ponto de entendimento que os empresários brasileiros pretendem, através de suas principais lideranças nacionais, propor como forma de conter a crise econômica. A proposta empresarial, que deve ser dirigida ao Congresso e às principais lideranças políticas, incluindo-se os candidatos à sucessão presidencial, considera que o começo de um projeto que restaure a confiança e, com isso, paralise as expectativas de caos econômico consiste na obtenção de expressa garantia aos títulos públicos em circulação.

Os empresários pretendem mesmo que essa garantia esteja contida em norma legal que proíba qualquer alteração na regra de resgate desses títulos até pelo menos o dia 30 de março de 1990. Com isso, espera-se manter a credibilidade dos títulos, facilitar ou pelo menos não impedir o governo de continuar a rolagem de sua dívida pública e, portanto, autofinanciar-se. Com o mercado em calma, os títulos continuariam a ser absorvidos pelos compradores tradicionais, que não necessitariam trocar

seus ativos de maneira brusca, evitando-se especulações, alta monetização e um conseqüente descontrole inflacionário.

Sem dúvida, os títulos da dívida pública brasileira são de importância extraordinária para o mercado e nossa economia. Muito embora, por trás deles, se possa enxergar uma boa parte da chamada ciranda financeira, deve-se lembrar que a certeza do investidor, seja ele de qualquer tamanho, de que o governo sempre honrou seus compromissos em relação a esses títulos é que dá a segurança exigida ao mercado financeiro e também para uma série de outras transações comerciais que direta ou indiretamente são lastreadas pelos títulos do Tesouro.

Assim, mais uma vez deve-se saudar a atitude dos empresários, que, na busca de soluções, procuraram um patamar mínimo para o entendimento, que sem dúvida não pode ser desconsiderado por qualquer posição política,

mercê da tragédia que pode acontecer se os títulos públicos perderem sua credibilidade e conseqüentemente passássemos a conviver com um Estado inadimplente e com a quebra-deira generalizada de instituições do mercado.

É verdade que se pode discutir, e é mesmo recomendável que se discuta, o problema de nossa dívida externa, a sistemática de sua rolagem, o curto prazo a que ela está submetida, outros mecanismos de controle monetário e uma enorme gama de assuntos. Porém, essa discussão, se feita sem o conhecimento necessário dos instrumentos de que dispõe o Estado na gestão da economia e dentro do clima apaixonado em que fatalmente uma campanha presidencial envolve a sociedade, pode, ao contrário de esclarecer, desservir a essa mesma sociedade, aumentando o pânico e a insegurança.

Também é louvável a iniciativa dos em-

presários de procurar o Congresso Nacional e os candidatos a presidente, para que participem ativamente do entendimento. A presença do político e do Congresso Nacional é sem dúvida mais um aval para a democracia brasileira. Os empresários, pela sua atitude, deixam de forma inequívoca a intenção de preservá-la, defendê-la e talvez até contribuir para seu aprimoramento.

No entanto, não nos esqueçamos de que para saltarmos da proposição para a possibilidade prática da execução de nossas idéias, principalmente no campo da economia nacional, é imprescindível a participação do governo ou, mais especificamente, do Poder Executivo.

Se ninguém possui uma visão de conjunto que abarque a totalidade de nosso universo de problemas, ainda é seguramente o governo que a tem de forma mais completa. Por isso é necessário o entrosamento com o governo, na busca de soluções para o presente período, e que portanto este seja consultado e se integre rapidamente na iniciativa para o entendimento.